

Sêneca e o ambiente hebraico de Roma

José Carlos Silva de Almeida¹

Resumo: Enquanto ocupante de um cargo importante no Império Romano do I século, Sêneca certamente conheceu vários dos ensinamentos e práticas da comunidade hebraica de Roma, conforme observamos em alguns trechos de sua obra e de autores posteriores. Se por um lado seu pensamento parece se aproximar da doutrina e prática hebraicas, embora por razões diversas, por outro lado se afasta. Todavia ele soube, como nenhum outro escritor latino, manifestar o devido respeito e reserva ao ambiente hebraico da Urbs.

Palavras-chave: Sêneca, Roma, Judaísmo, Religião.

Seneca and the hebrew environment of Rome

Abstract: While occupant of an important post in the Roman Empire of I century, Seneca certainly knew several of the teachings and practices of the hebrew community of Rome, as we observe in some passages of his work and of subsequent authors. If on a side it seems to his thought to bring near of the hebrew doctrine and practice, though for different reasons, on the other side it is removed. However he knew, like no another latin writer, to show the proper respect and reserve to the hebrew environment of the Urbs.

Keywords: Seneca, Rome, Judaism, Religion.

Recebido em 09/01/13 - Aprovado em 20/02/13

No presente artigo observaremos inicialmente que, no tempo de Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C. – 62 a.C.), os judeus já possuíam uma longa história em Roma. Certamente, enquanto ocupante de um importante posto no Império Romano, ele conhecia muitos dos ensinamentos e práticas da comunidade judaica. Em relação a algumas dessas doutrinas e práticas, o Cordobês parece demonstrar aproximações, embora por razões diversas, enquanto a outras ele revela afastamento, como teremos oportunidade de notar através do exame de alguns de seus textos e de autores posteriores a ele.

No II século antes de Cristo, a expulsão dos hebreus de Roma por motivos religiosos² foi um fato importante. Mas o afluxo deles àquela cidade foi de novo muito

¹ Professor Adjunto do curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará, Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Antonianum - Roma (2005). jcdafilosofia@hotmail.com

significativo no século seguinte. Ao grande número de escravos conduzidos a Roma por Pompeu em 63 a.C., devem ser acrescidos alguns milhares vendidos por Cássio Longino em 52 a.C., e por Varo em 44 a.C., no tocante aos rebelados habitantes de Séforis. Em razão da prática religiosa que os tornavam inutilizáveis um dia na semana por causa do repouso sabático, os judeus foram logo libertos e feitos cidadãos romanos.

Pode-se considerar que os hebreus, entre imigrantes livres e escravos não superassem no início do I século trinta mil pessoas, que na sua maior parte era pobre, vivendo na mendicância ou de pequenos comércios e trabalhos artesanais.

Comenta-se que na época de Augusto havia um aglomerado de hebreus além do Tévere, mas é de se imaginar que essa pobre gente vivia espalhada por toda Roma e que houvesse várias sinagogas dispersas pela cidade.

Qual foi o comportamento da autoridade romana em relação à comunidade hebraica? César, que havia determinado uma interdição geral dos *collegia* ordenando que toda associação viesse dissolvida, abre uma exceção para as mais antigas (SUETÔNIO. *Júlio César* 42,4). A comunidade judaica desfrutou também deste privilégio durante o governo de Augusto².

Os romanos consideravam os hebreus bons súditos, submetidos às leis e, em reconhecimento, concederam a esta minoria fiel alguns privilégios, sobretudo o direito de cidadania, a liberdade de culto e a possibilidade de respeitar o sábado. Se os hebreus se distinguiram entre as colônias estrangeiras pela intensidade na manifestação de pesar por ocasião da morte de Cesar, é provável que este tenha manifestado atenção particular a eles (SUETÔNIO. *Júlio César* 84,8). Isto não impediu que sob Tibério os hebreus fossem expulsos e destinados a trabalhos forçados na Sardenha (TÁCITO. *Anais* 2, 85, 4). Sob Cláudio ocorre outra expulsão, causada por contínuas perturbações provocadas pelos hebreus. Seguramente Sêneca teve conhecimento dessas duas expulsões dos hebreus.

A abstinência de carne de porco, o respeito do sábado, a circuncisão, o culto sem imagens e o isolamento aparecem nos autores clássicos (Cícero, Plínio, Tácito, Horácio, Pérsio, Marcial, Catulo) como notas características que distinguiam os hebreus e os expunham ao ridículo e ao desprezo das massas pagãs. Todavia, somos bem informados para crer que as classes cultas do paganismo não permanecessem indiferentes à elevada concepção que o judaísmo tinha do seu Deus único, pai e criador, guardião dos seus filhos, pronto ao castigo, mas também ao prêmio, inspirador de uma moralidade que nenhum filósofo tinha jamais imaginado tão pura e profunda.

O proselitismo hebraico era bem conhecido e é descrito por Tácito com estas palavras: “Quem adota os costumes deles, segue a mesma prática, e a primeira coisa que aprendem é desprezar os deuses, renegar a pátria, desdenhar pais, filhos, irmãos”

² A “contaminação” dos costumes romanos com o culto de *Inppiter Sabazjus*.

³ No ano 7 d.C., Augusto colocou em votação a *lex Iulia de collegiis* que dissolveu todas as associações (*collegia*) existentes, excetuando aquelas mais antigas e subordinou a criação de novas associações ao reconhecimento do Senado, através de um consulta que atribuisse uma causa justa a tal criação, a saber, uma utilidade pública.

(TÁCITO. *História* 5, 5, 2, p. 449). O prosélito era aquele que havia aceitado a ideia fundamental do judaísmo, a saber, a crença em um único Deus, e que havia adotado todos os ritos e normas oriundos de tal crença. Mas havia uma categoria particular de prosélitos que tinham sido simplesmente conquistados ao monoteísmo hebraico, porém não haviam abandonado o paganismo, ou seja, não tinham dado o passo fundamental com a circuncisão para se tornarem “prosélitos”; tinham permanecido “gregos”. Estes constituíam a grande massa de simpatizantes espalhados onde houvesse hebreus.

Diante deste cenário, parece-nos muito provável que Sêneca, pela sua eminente posição de homem de governo, tivesse conhecimento do judaísmo, pelo menos em vários de seus aspectos. Contudo, é investigando sua obra e consultando fontes posteriores que podemos encontrar sinais deste conhecimento e as suas considerações sobre os temas envolvidos.

Em duas passagens, Sêneca fala a respeito do culto hebraico. Uma delas nos foi conservada por Santo Agostinho:

Entre outras superstições da teologia civil, Sêneca censura as cerimônias judaicas, em especial os sábados, afirmando guardarem-nos inutilmente, pois o sétimo dia respeitado representa quase um sétimo da vida gasto em repouso prejudicial a muitas necessidades urgentes (SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus* 6,11, p. 254-255).

Outra passagem é encontrada em um trecho da *Epístola* 95:

Podemos aconselhar as pessoas a não acenderem lucernas ao sábado, porque nem os deuses têm falta de luzes nem os homens têm grande prazer na fuligem. Podemos impedir as pessoas de fazerem as visitas de saudação matinais ou de estacionarem à porta dos templos: estes deveres podem agradar às ambições humanas, mas para prestar culto à divindade basta conhecê-la (SÊNECA. *Epístola* 95, 47, p. 517).

Em ambas as passagens, as observações de Sêneca se referem somente ao culto, de modo particular o respeito do sábado. Ele era de opinião que perder um dia da semana equivaleria a perder um sétimo da vida, e também que algumas coisas não podiam ser adiadas sem prejuízo⁴. Todavia Sêneca louva os legisladores que haviam instituído os *dies festi*, aqueles destinados à recreação como justa moderação da fadiga, assim como uma constrição legal ao repouso e ao divertimento:

⁴ O respeito do sábado, pelo qual o hebreu não podia dar mais de dois mil passos, impediu sempre que o hebreu, ainda que tivesse a cidadania romana, viesse a ser incorporado em uma armada não hebraica. A história nos ensina, através de diversos casos, que a inércia sabática fora aproveitada pelos inimigos dos hebreus. Pompeu atacou Jerusalém em dia de sábado, no ano 62 a.C. (DION CÁSSIO, *História de Roma* 49, 22), e Tito fará o mesmo em 70 d.C. (DION CÁSSIO, *História de Roma* 49, 22).

Os legisladores instituíram os dias festivos para convidar oficialmente os homens à alegria, para interpor, digamos uma necessária pausa às fadigas, e certos homens de grande bom senso concediam a si mesmos, a cada mês, dias fixos de férias; alguns não tinham dia que não fosse subdividido em tempos de trabalho e de repouso (SÊNECA. *A Tranquilidade da Alma* 17, 7, p. 220-221).

Evidentemente Sêneca, como outros antes dele, acreditava que o respeito tão rigoroso do sábado pelos hebreus fosse ditado por motivos diversos do repouso; fosse muito mais um *dies religiosus*, um dia nefasto no qual era perigoso empreender qualquer ação: uma superstição, portanto, e nada mais.

O aspecto formalístico da religião hebraica devia parecer algo insensato a alguém crítico e imbuído do espírito prático romano como Sêneca. Ele recusa e condena ritos como “acender lucernas no sábado” por serem vazios de autêntico conteúdo religioso. Ele manifesta aversão a qualquer forma supersticiosa, qualquer que seja a religião à qual esteja ligada, precisamente porque é seu intento restituir conteúdo teológico ao culto. Toda religiosidade tem o seu fundamento no conhecimento do divino e a única e possível atitude prática que se origina de tal conhecimento é a *imitatio*: “Se queres ser agradável aos deuses sê tu próprio bom! Prestar-lhe-ás culto em abundância se te limitares a imitá-los” (SÊNECA. *Epístola* 95, 50, p. 518).

Santo Agostinho afirma que Sêneca dedicou uma obra particular às superstições, que não chegou até nós. O Bispo de Hipona louva a coragem de Sêneca ao criticar também as superstições civis, ou seja, as cerimônias e crenças públicas, com maior rigor do que Varrão ao criticar as superstições e crenças cantadas ou encenadas pelos poetas:

É certo não haver faltado de todo, mas apenas em parte, a Ênio Sêneca, que floresceu em tempo de nossos apóstolos, segundo consta em alguns documentos, a liberdade que faltou a Varrão para abertamente censurar a teologia civil, a mais parecida com a do teatro. Teve liberdade na pena; não a teve na vida. Com efeito, no livro que compôs *Contra as Superstições* critica com muito maior profusão e com muito maior veemência a teologia civil e urbana que Varrão a fabulosa teatral (SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus* 6,10, 1, p. 252).

Aquilo que Sêneca entende por religião (*religio*) fica bem expresso no § 47 da *Epístola* 95: trata-se do conhecimento do divino (*deum colit qui novit*). Por sua vez encontramos diversas passagens na obra de Sêneca que tratam da superstição (*superstitio*) em um sentido simplesmente negativo. Alguém que for aconselhado a manter-se distante das superstições doentias “nunca progredirá efetivamente se não conceber no seu espírito a real natureza da divindade, a qual nada possui mas tudo concede, como ser

desinteressadamente benéfico” (SÊNECA. *Epístola* 95, 48, p. 518). A superstição “é um erro e uma loucura que receia os deuses em vez de amá-los, e os profana em vez de lhes prestar culto” (SÊNECA. *Epístola* 123, 16, p. 697). Os termos *religio* e *superstitio* retornam em uma passagem do *Tratado sobre a Clemência*: “a religião honra os deuses, a superstição os ultraja” (SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência* 2, 5, 1, p. 46), trecho no qual o ato de “ultrajar” nos remete com precisão à ideia da profanação. A *superstitio* é, em suma, uma “violência” cometida contra os deuses: “Nenhum homem que tenha bom senso teme os deuses: é loucura, de fato, temer as coisas que nos fazem bem e ninguém ama aqueles a quem teme” (SÊNECA. *Os Benefícios* 4, 19, 1, p. 411). Os deuses devem ser amados e não temidos.

A relação de Sêneca com as formas de culto é, todavia, mais complexa. Se ele se mostra crítico em relação a toda forma de ritual que possa incorrer em uma mera prática supersticiosa, ele também se manifesta compreensivo e respeitoso com o sentimento religioso comum, revelando precisamente uma atitude de tolerância. Tal atitude ficou demonstrada, por exemplo, quando Nero não hesitou em se apossar do tesouro dos templos para a reconstrução de Roma e roubou as estátuas mais belas das províncias gregas para enfeitar o palácio imperial. Sêneca, não tendo a permissão de afastar-se de Roma, fingiu estar acometido de uma forte nevralgia e não saiu de casa para não ser considerado corresponsável por um sacrilégio: “Sêneca, contam, para afastar de si a odiosidade daquele sacrilégio, pediu permissão para se retirar para longínquo sítio e tendo-lhe sido recusada, pretextou moléstia dos nervos, a fim de não sair de seus aposentos” (TÁCITO. *Anais* 15, 45, 3, p. 249). Não há necessidade de fazer notar que, em tal caso, a recusa de Sêneca em violar o “sagrado” não tem motivações oportunistas. Ele mesmo nos oferece ampla explicação em *Os Benefícios* ao relatar um silogismo com o qual Bion de Borístenes⁵ jogava com o conceito de sacrilégio:

Quem quer que tome ou consume ou desfrute para a sua utilidade aquilo que pertence aos deuses é sacrilégio; ora, tudo pertence aos deuses; portanto, aquilo que alguém toma ou tolhe dos deuses, aos quais pertencem tudo é sacrilégio; portanto, quem quer que tome alguma coisa é sacrilégio (SÊNECA. *Os Benefícios* 7, 7, 1, p. 474).

⁵ Viveu entre 335-245. Filho de um escravo liberto que comerciava peixe salgado; sua mãe era, originalmente, uma prostituta; ele foi vendido com sua família depois que seu pai trapaceou com os impostos. Foi comprado por um rétor e recebeu formação em retórica. Depois da morte de seu senhor, foi para Atenas, onde pôde se beneficiar de uma ampla formação filosófica geral: primeiro, na Academia com Xenócrates e Crates, depois com os cínicos, os cirenaicos (como discípulo de Teodoro, o Ateu) e, por fim, com os peripatéticos como seguidor de Teofrasto. Diógenes Laércio, em *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres* 2, 77, atribui a ele algumas *diatribai* e isso deu origem à ideia de que ele poderia ter sido o criador da forma literária da *diatribe*.

O que Bion aconselhava era invadir os templos e depredar o Campidólio sem escrúpulos, porque não se cometeria sacrilégio, mas simplesmente se transportaria de um lugar a outro aquilo que era dos deuses:

Pois, quando quer que se profanem os templos e se saqueiem o Campidólio, diz que ninguém é sacrílego porque tudo aquilo que é tomado, é transferido de um lugar que pertence aos deuses a outro lugar que também pertence aos deuses (SÊNECA. *Os Benefícios* 7, 7, 2, p. 474).

As conclusões de Bion conduziam a um desprezo da religião tradicional que Sêneca não compartilhava, e que foram rebatidas por ele com a seguinte argumentação:

O sacrílego, na realidade, não pode prejudicar a Deus, que é colocado, a partir da sua divindade, distante de qualquer culpa, mas é punido porque se comportou como para atingir Deus: a nossa opinião e a sua o obrigam a sofrer uma punição (SÊNECA. *Os Benefícios* 7, 7, 3, p. 475).

Notemos, nesta passagem, que há sempre uma indivisível relação entre culpa e punição. Uma e outra dependem de nossa consciência. Além disso, o sacrilégio, ainda que não fosse consumado propositadamente em desprezo à divindade, ofende um sentimento da comunidade.

Mas ainda não é tudo. Sêneca aderiu em sua juventude a uma forma de culto, a saber, a abstinência a certos alimentos sugerida pelos pitagóricos. Ele narra o fato no § 22 da *Epístola* 108:

Estimulado por estas palavras comecei a deixar de comer carne, e ao fim de um ano esta dieta já se tornara não só fácil como até agradável de praticar. Cheguei mesmo a pensar que o espírito se me tornara mais ágil, embora hoje te não possa garantir se de fato o estava. E sabes porque me deixei disto? O meu tempo de juventude coincidiu com o acesso de Tibério César ao principado. Por essa época, praticavam-se em Roma vários cultos exóticos e considerava-se indício de adesão a tais superstições a abstenção de carnes de certos animais. A pedido insistente do meu pai, - não porque temesse alguma acusação, mas porque embirrava com a filosofia! -, voltei aos hábitos antigos, sem que, aliás, ele tivesse tido grande dificuldade em convencer-me a jantar melhor (SÊNECA. *Epístola* 108, 22, p. 597-598).

Sêneca não teve nenhuma dificuldade para abandonar uma prática ascética que se tornara para ele, como observado na passagem acima, um hábito não só fácil, mas também agradável. Se aceitou a prática da abstinência de carne, ele o fez movido por razões válidas:

Uma vez que comecei descrever-te o entusiasmo enorme, depois mitigado pela idade, com que em jovem me dediquei à filosofia, não sentirei vergonha em revelar-te também a paixão que Pitágoras despertou em mim. Sótion costumava explicar as razões por que Pitágoras, e mais tarde Sêxtio, se recusavam a comer carne de animais. As razões de um e de outro eram distintas, mas ambas dignas de admiração (SÊNECA. *Epístola* 108, 17, p. 596).

Sótion despertou em Sêneca a admiração por Pitágoras e explicou as razões pelas quais Pitágoras primeiro, e Sêxtio mais tarde, abstiveram-se de comer carne. Conforme observado na citação anterior, ele afirma que os motivos eram diferentes, mas ambos magníficos. Ele não tinha, portanto, nenhuma dificuldade em praticar uma forma religiosa quando ela lhe parecesse suficientemente motivada e respondesse a um conteúdo de fé. O § 17 da *Epístola* 108 contém também uma clara alusão ao ostracismo ao qual foram relegados os cultos estrangeiros.

Enquanto a religião romana tradicional, que se tornara ao longo do tempo culto sem teologia, com sacerdotes que eram simplesmente funcionários estatais e não diretores de consciência, vinha sendo gradualmente abandonada e os templos ficando sempre mais desertos, as classes mais cultas e o povo se dirigiam com avidez para os novos cultos. Se Sêneca se abstinha das carnes seguindo o ensinamento filosófico, tal abstinência podia despertar a suspeita de que ele pertencesse a uma das superstições banidas. O edito do imperador não queria atingir certamente os filósofos, mas sim as seitas religiosas (também pitagóricas), não exclusiva a dos hebreus, que se distinguiam precisamente pela abstinência da carne de porco. E junto com os hebreus foram atingidos também os seguidores da religião de Ísis, como nos informa Tácito:

Tratou-se também de abolir os cultos egípcios e judaicos, e um senatus-consulto mandou deportar para a Sardenha quatro mil da classe dos libertos, imbuídos dessas superstições e em idade militar, para coibirem ali os latrocínios, e se por causa do mau clima viessem a morrer, pequeno seria o prejuízo: os outros foram mandados sair da Itália, se até determinado dia não abjurassem os ritos profanos (TÁCITO. *Anais* 2, 85, 5, p. 73).

O desprezo de Tácito soa ainda mais amargo que o edito do imperador: se os libertos fossem mortos em combate ou se sucumbissem ao clima poucos danos trariam para o Estado. Nesta, como em outras ocasiões, Tácito manifesta clara aversão aos hebreus, e mais tarde aos cristãos e aos convertidos ou simpatizantes romanos (*História* 5, 2-8; *Anais* 15, 44, 2 ss.).

Sótion, o inspirador do vegetarianismo que inquietava o pai de Sêneca, pertencia precisamente à aquele ambiente alexandrino do qual provinham os cultos egípcios que se queriam atingir com o edito. Também a família de Sêneca possuía relações bem próximas com o Egito, onde, no ano 19, era prefeito G. Galério, o tio de Sêneca, ao qual era tanto afeito, porque lhe havia salvado a vida tendo-o consigo no Egito, em um clima mais adaptado à sua enfermidade respiratória. Sêneca estava, portanto, a par da condenação dos ritos orientais, que atingia de modo maior os hebreus.

É importante ressaltar que de todo este ódio que circundava e perseguia os hebreus, e do qual Tácito conserva claro testemunho, não encontramos quase nenhum traço em Sêneca. Há somente uma passagem na qual ele exprime um juízo negativo em relação aos judeus, e que nos foi conservado por Santo Agostinho, o qual, depois de ter recordado o repouso sabático, cita também uma observação de caráter geral feita por Sêneca: “Tomou, todavia, tamanho impulso a maneira de viver dessa péssima raça, que quase todo mundo a perfilhou. Os vencidos ditaram leis aos vencedores” (SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus* 6,11, p. 255). Ele se refere claramente à grande força do proselitismo hebraico e, talvez, já hebraico-cristão. Na clara alusão à famosa sentença de Horácio⁶ é preciso perceber a ironia com os seus compatriotas romanos, vencedores e sempre sucumbidos ao Oriente: se os gregos se impuseram com prestígio sobre o ainda bárbaro vencedor e dominavam as classes cultas de Roma com a cultura helênica, os judeus conseguiram, por meio do proselitismo deles, difundir costumes, ideias, hábitos entre os povos em meio aos quais foram obrigados à dispersão.

Todavia, a observação que vem a seguir no texto citado de *A Cidade de Deus*, no qual Santo Agostinho reproduz as palavras de Sêneca sobre os judeus, suaviza o juízo a respeito destes últimos: “Alguns conhecem a causa de seus ritos. Mas a maioria do povo pratica-os, ignorando-lhes o porquê” (SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus* 6,11, p. 255). Por um lado Sêneca reconhece a seriedade religiosa dos hebreus, por outro lado ele nos oferece uma confirmação a respeito daquilo que já havíamos tratado anteriormente, ou seja, a escassa consideração que ele tinha pelas práticas religiosas que denotavam apenas atos supersticiosos de culto.

Se Sêneca considerou com serenidade a religião dos judeus, ao menos em um ponto o culto deles deve ter encontrado a sua aprovação: a condenação das estátuas. Se considerarmos que grande parte do atrito entre poder público e os hebreus ocorria pelo fato de que estes não queriam reconhecer o simulacro dos ídolos e menos ainda colocar uma estátua do imperador dentro do templo deles, e que Agripa caiu em desgraça aos olhos de Calígula pela sua aberta discordância sobre tal questão, a atitude de Sêneca ao condenar como superstição popular o culto das imagens adquire peso notável. A propósito disso é muito claro o seu pensamento no § 28 da *Epístola* 90, na qual ele

⁶ HORÁCIO. *Epístola* 2, 1, 156: “Domando o próprio vencedor a Grécia, introduz no agreste Lácio as artes”.

correlaciona a recusa do culto das estátuas com a recusa do culto externo, recordando que o único templo é o mundo, o cosmo, como ensinava toda a filosofia estoica:

Esta é a iniciação que a filosofia nos proporciona; iniciação que nos abre as portas, não de um santuário de província mas do templo sublime de todos os deuses, do próprio universo, cujo verdadeiro aspecto, cuja verdadeira face dá a conhecer ao nosso espírito, já que a visão não alcança um tão grandioso espetáculo!” (SÊNECA. *Epístola* 90, 28, p. 449).

A ideia de que o mundo é o verdadeiro templo dos deuses encontra também um paralelo preciso em Plutarco⁷, e é provavelmente um *τόπος* da religião cósmica helenística, do qual temos também um exemplo no *Sonho de Cípião* de Cícero. Este era sem dúvida um dos ensinamentos de Possidônio, no qual se inspira a *Epístola* 90 de Sêneca. Porém, a ideia de que as verdadeiras imagens dos deuses são contempladas com a mente porque, para semelhantes visões, obtusa é a vista dos olhos, é obviamente de inspiração platônica (PLATÃO. *Fedro* 250d; CÍCERO. *Dos deveres* I, 15). O único templo digno de Deus, pela magnificência e grandeza, é o mundo⁸.

Mas Sêneca se diferencia dos outros autores na condenação dos *simulacra*. É ainda Santo Agostinho que nos atesta o quanto ele se mostrava decidido nesta matéria:

Consagram como veneráveis, imortais e invioláveis a deuses feitos de matéria insensível e abjeta, sob a forma de homens, feras e peixes. Empréstam-lhe, às vezes, corpos em que os sexos se confundem. Chamam deuses a objetos que o sopro de vida transformaria em monstro (SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus* 6,10,1, p. 252).

A recusa de ídolos era uma atitude normal de quem aderira à filosofia, mas Tácito a indica como uma peculiaridade dos hebreus, porque estes não toleravam as estátuas tão pouco desculpando as formas de culto popular⁹. Embora suas considerações acerca dos hebreus sejam repletas de inexactidão e calúnia, Tácito consegue colher o princípio religioso deles da recusa de ídolos:

⁷ PLUTARCO. *A Tranquilidade da Alma* 20, 477c: “For the universe is a most holy temple and most worthy of a god.”

⁸ SÊNECA. *Os Benefícios* 7, 7, 3: “Assim o mundo inteiro é o templo dos deuses imortais, o único digno da grandeza e da magnificência deles”.

⁹ Em relação à questão das imagens esculpidas, o Antigo Testamento proíbe a utilização de imagens no culto e fora dele devido a alguns fatores: a exclusividade de Javé (Gn 20,3-5); o conflito entre o estético e o ético no culto, ou seja, as imagens remontam aos cultos politeístas cananeus e mesopotâmicos, estes últimos ascendentes dos antigos patriarcas hebreus (Js 24,15); o perigo da redução de Javé aos deuses, como observado nas imagens do deus cananeu Baal que eram adoradas como se fossem Javé (Os 8,5-6; 13,2); o risco da comparação de Javé com os deuses, sendo que nada é capaz de representar o Criador do universo (Is 40,18-25); Javé já tem uma imagem, a saber, o ser humano (Gn 1,26).

Os judeus concebem um único Deus e somente com o pensamento; profanação é para eles construir com matéria caduca imagens divinas com semelhança humana, porque o ser supremo e eterno não pode ser representado nem pode perecer. Por isso não colocam simulacros de Deus nas cidades deles e tanto menos nos templos; nem reservam tal forma de adoração pelo rei deles; nem de honra aos Césares (TÁCITO. *História* 5, 5, 4, p. 451).

De resto, da concepção tipicamente estoica que inspira a crítica a toda forma insensata de culto, Sêneca deriva também sua formulação teológica diferenciada que, mesmo se avizinando a formulações populares, deixa transparecer a sua matriz filosófica. Ele a expõe na forma mais concisa nos §§ 47-50 da *Epístola* 95. O que caracteriza os deuses é a bondade e é nisso que consiste precisamente a superioridade deles em relação a nós. Ser bom para os deuses significa promover o bem cósmico: “Saber que são eles que presidem ao universo, que tudo governam graças ao seu poder, e que velam pela segurança da espécie humana mesmo quando não se preocupam com cada homem individualmente” (SÊNECA. *Epístola* 95, 50, p. 518).

É verdade que o estoicismo romano, o judaísmo e o cristianismo falam de Deus, da sua existência através da sua obra, da sua manifestação como artífice e guardião do universo, da sua ação providencial em favor do ser humano sem fazer distinções e sem esperar nada em troca, assim como de sua paternal atitude em relação aos seres humanos. Todavia, devemos ter o cuidado de salvaguardar as diferenças existentes por trás das aparentes aproximações.

No estoicismo romano o que encontramos de fato é uma concepção monístico-panteísta de Deus, que já aparece desde o antigo estoicismo. Deus é considerado igual ao Destino, à Providência, à Natureza e ao Mundo, como observa Sêneca, por exemplo, em algumas passagens:

(...) mas têm uma ideia de Júpiter igual a nossa: regeador e guardião do universo, alma e espírito do mundo, senhor e artífice desta obra, ao qual se acrescenta todo nome; se queres chamá-lo destino, não errarás: é aquele a partir do qual tudo depende, a causa das causas; se queres chamá-lo providência, o fazes corretamente: é, de fato, aquele que com suas deliberações provê a este mundo, para que proceda sem obstáculos e desenvolva as suas atividades; se queres chamá-lo natureza, não errarás: é, de fato, aquele a partir do qual nascem todas as coisas, graças ao sopro vital nós vivemos; se queres chamá-lo mundo, não te enganarás: justo ele, de fato, é a totalidade disto que vês, inseparavelmente ligado às suas partes, e conserva a si mesmo e as coisas que dependem dele. (SÊNECA. *Questões Naturais* II, 45, 1-2, p. 553)

“É a natureza que faz todas as coisas para mim”, se contesta. Não te dá conta que, dizendo isto, não faz outro que chamar Deus com um outro nome? De fato, que outra coisa é a natureza, se não Deus e a divina razão que permeia o universo no seu todo e nas suas partes. Podes chamar quantas vezes quiseres com um outro nome este autor de todas as nossas coisas (...). Se depois o chamarás também Destino, não mentirás, porque o destino não é nada mais que uma série concatenada de causas, e ele é a primeira causa de todas, da qual depende todas as outras. Qualquer nome tu escolhas, se adaptará perfeitamente a ele, porque contém a ideia de qualquer potência produtora das realidades celestes: os seus nomes poderiam ser tantos quantos são os seus dons. (SÊNECA. *Os Benefícios* IV 7, 1-2, p. 404. Cf. também IV 8, 2-3)

Se a concepção imanentista e corpórea de Deus em Sêneca revela, por vezes, ares de transcendência, imaterialidade e personalismo, isto ocorre, a meu juízo, pela influência que o estoicismo romano sofreu do medioplatonismo naquele período. Assim como o pêndulo de um relógio apresenta a tendência a retornar a posição original, os estoicos romanos tendem, no final das contas, a permanecerem ligados à concepção de Deus da antiga Stoá, e não chegam a afirmar plenamente o caráter pessoal e transcendente de Deus como fazem o judaísmo e o cristianismo.

O “pêndulo” do estoicismo romano não consegue tocar plenamente o Deus transcendente e pessoal judaico-cristão não só porque ele não alcançou a esfera do ser suprasensível, mas também porque o Deus dos filósofos estoicos é um Deus artífice e não um Deus criador como afirmam o judaísmo e o cristianismo em consonância com o dado veterotestamentário. O conceito bíblico de criação implica liberdade. Esta, por sua vez, pressupõe a vontade, portanto inteligência, isto é, personalidade. Um princípio criador não pode deixar de ser também um princípio pessoal.

Em suma é justo afirmar que Sêneca, como importante estadista do Império Romano, teve conhecimento dos ensinamentos e práticas religiosas da comunidade hebraica de Roma, conforme observamos em passos dos seus escritos e de autores posteriores. Seu pensamento ora parece se aproximar da doutrina e prática hebraicas, não obstante por razões diversas, ora se afasta. O Cordobês soube manifestar, como nenhum outro escritor latino, o devido respeito e reserva diante do ambiente hebraico da *Urbs*.

REFERÊNCIAS

- CASSIO DIONE. *Storia romana*. Traduzione di Alessandro Stroppa. Vol. 6 (libri LVII-LXIII). Milano: BUR, 2000.
- CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. Tradução de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LAËRTIOS, Diôgenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kury. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.
- SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Tradução Oscar Paes Leme. Parte I. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- SÉNECA, Lúcio Aneu. *Cartas a Lucílio*. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- SÉNECA, Lúcio Aneu. *Tutte le opere: dialoghi, trattati, lettere e opere in poesia*. A cura di Giovanni Reale. Milano: Bompiani, 2000 (Collana *Il Pensiero Occidentale*).
- SVETONIO, Caio Tranquillo. *Vita dei Cesare*. Traduzione di Edoardo Nosedo. Milano: Garzanti, 2002.
- TÁCITO, Publio Cornélio. *Anais*. Tradução e prólogo de Leopoldo Pereira. São Paulo: Ediouro, 1967.
- TÁCITO, Publio Cornélio. *Storie*. Traduzione di Mario Stefanoni. Milano: Garzanti, 2000.